

**HABEAS CORPUS Nº 548.891 - PR (2019/0358260-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : EDUARDO DEL CONTE DE ARAUJO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : EDUARDO DEL CONTE DE ARAUJO - PR091035  
ANDERSON LUIZ MOREIRA - PR062013  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : GUILHERME BRITO CAVALCANTI (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de GUILHERME BRITO CAVALCANTI contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento do HC n. 51445-75.2019.8.16.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente e denunciado, juntamente com mais 14 corréus, pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. art. 33, *caput*, e 35, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, e art. 1º, inciso I, alínea 'a', § 4º, inciso III, da Lei nº 9.455/97.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, em acórdão assim ementado:

*HABEAS CORPUS - PACIENTE INVESTIGADO NOS CRIMES TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO, SEQUESTRO, CÁRCERE PRIVADO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO - PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR, ANTE A UTILIZAÇÃO DE FUNDAMENTOS ABSTRATOS E TAMBÉM ADUZINDO QUE JÁ FORA DETERMINADA A SUA PRISÃO PELOS MESMOS FATOS EM OUTROS AUTOS - IMPOSSIBILIDADE - "FUMUS COMISSI DELICTI" AFERÍVEL PELOS FUNDAMENTOS TRAZIDOS NA DECISÃO IMPUGNADA - EXISTÊNCIA DE NOVAS INFRAÇÕES A EMBASAR A NOVEL MEDIDA EXTREMA - PRÁTICA CONTUMAZ DE UMA ALTA TAXA DE CRIMES, DENTRO E FORA DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA "PCC" - TRANSCORRÊNCIA TEMPORAL ENTRE OS FATOS E A PRISÃO QUE AINDA INDICAM A NECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS NÃO RECOMENDÁVEIS, AINDA QUE SUSTENTE A EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS - ORDEM DENEGADA (fl. 525).*

No presente *writ*, a defesa alega ausência dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal de modo que a imposição da custódia cautelar não estaria

suficientemente justificada e pautada exclusivamente na gravidade abstrata do delito.

Ressalta as circunstâncias pessoais favoráveis do paciente e aduz que a prisão preventiva deixou de ser necessária, pois foi decretada 5 meses após os fatos. Defende a suficiência de medidas cautelares diversas da prisão, especificamente a monitoração eletrônica.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão processual, ainda que mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, notadamente, a monitoração eletrônica.

É o relatório. Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhe as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e com o envio de senha para acesso ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator